

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

Planejamento Estratégico  
2010/2014

# ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

---

## PRESIDENTE

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes

## VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha

## CORREGEDORA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaiad

## CORREGEDORA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Desembargadora Maria Rita Lima Xavier

## COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Desembargadora Célia Regina Pinheiro

---

## JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Juíza Kátia Parente Sena

Juiz Charles Menezes Barros

---

## EQUIPE ADMINISTRATIVA

### SECRETARIA GERAL DE GESTÃO

Teresa Lusia Mártires Coelho Cativo Rosa

### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Sueli Ramos Azevedo

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco de Oliveira Campos Filho

### SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Fábio Cesar Massoud Salame da Silva

### DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Walbert da Silva Monteiro

### COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Antonio Emílio de Carvalho Nobre



## PLENÁRIO

---

Desembargadora **Albanira Lobato Bemerguy**  
Desembargadora **Maria Helena D'Almeida Ferreira**  
Desembargadora **Carmencin Marques CavalcanteW**  
Desembargadora **Sonia Maria de Macedo Parente**  
Desembargador **Milton Augusto de Brito Nobre**  
Desembargadora **Raimunda do Carmo Gomes Noronha**  
Desembargadora **Rosa Maria Portugal Gueiros**  
Desembargadora **Therezinha Martins Fonseca**  
Desembargador **Rômulo José Ferreira Nunes**  
Desembargadora **Luzia Nadja Guimarães Nascimento**  
Desembargador **João José da Silva Maroja**  
Desembargadora **Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha**  
Desembargador **Raimundo Holanda Reis**  
Desembargadora **Maria Rita Lima Xavier**  
Desembargadora **Brígida Gonçalves dos Santos**  
Desembargadora **Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva**  
Desembargador **Constantino Augusto Guerreiro**  
Desembargadora **Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos**  
Desembargador **Ricardo Ferreira Nunes**  
Desembargadora **Maria Angélica Ribeiro Lopes Santos**  
Desembargador **Leonardo de Noronha Tavares**  
Desembargadora **Marneide Trindade Pereira Merabet**  
Desembargador **Cláudio Augusto Montalvão das Neves**  
Desembargadora **Maria do Carmo Araújo e Silva**  
Desembargadora **Célia Regina de Lima Pinheiro**  
Desembargadora **Maria de Nazaré Saavedra Guimarães**  
Desembargadora **Dahil Paraense de Souza**  
Desembargador **Leonam Gondim da Cruz Júnior**  
Desembargadora **Diracy Nunes Alves**



# CONSELHO DA MAGISTRATURA

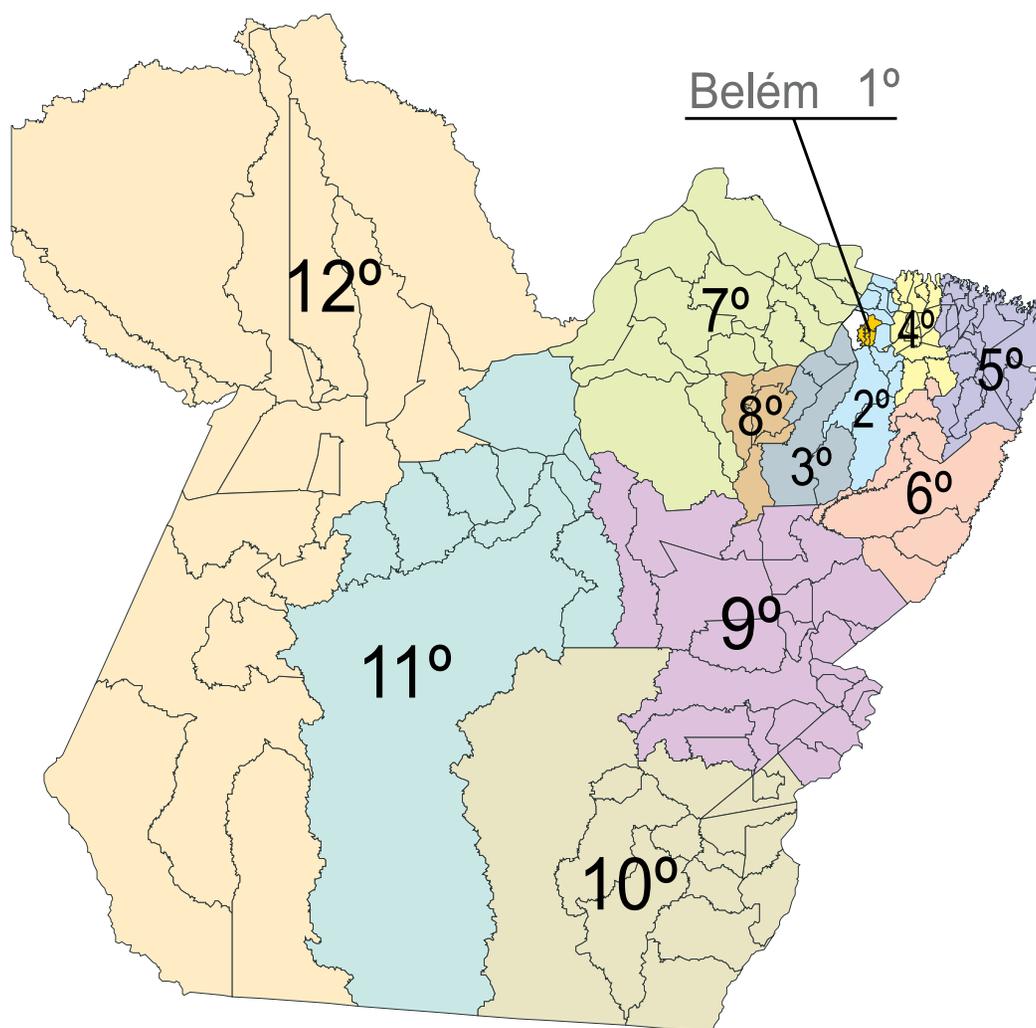
---

Desembargador **Rômulo José Ferreira Nunes**  
Desembargadora **Raimunda do Carmo Gomes Noronha**  
Desembargadora **Eliana Rita Daher Abufaiad**  
Desembargadora **Maria Rita Lima Xavier**  
Desembargadora **Carmencin Marques Cavalcante**  
Desembargadora **Therezinha Martins Fonseca**  
Desembargadora **Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos**  
Desembargadora **Dahil Paraense de Souza**



## DIVISÃO JUDICIÁRIA

As Comarcas do Estado do Pará estão reunidas em 16 Regiões Judiciárias que, para fins de viabilizar a coordenação e controle administrativo de forma descentralizada – possibilitando melhor integração entre as Comarcas com os consequentes apoios operacional e técnico mais céleres – foram agrupadas em 12 Pólos Administrativos. (Resolução nº 017/2007 – GP).



1 - Metropolitana de Belém	7 - Marajó
2 - Santa Izabel do Pará	8 - Cametá
3 - Abaetetuba	9 - Marabá
4 - Castanhal	10 - Redenção
5 - Capanema	11 - Altamira
6 - Paragominas	12 - Santarém



PÓLOS ADMINISTRATIVOS	REGIÕES JUDICIÁRIAS	MUNICÍPIOS
<b>1º Pólo – Metropolitana de Belém</b>	<b>1ª Região Judiciária</b>	1 – Ananindeua (Sede) 2 – Benevides 3 – Marituba 4 – Santa Bárbara do Pará
<b>2º Pólo – Santa Izabel do Pará</b>	<b>2ª Região Judiciária</b>	1 – Acará 2 – Bujarú 3 – Concórdia do Pará 4 – Colares 5 – São Caetano de Odivelas 6 – Santo Antonio do Tauá 7 – Santa Izabel do Pará (Sede) 8 – Tomé-Açu 9 – Vigia
<b>3º Pólo – Abaetetuba</b>	<b>3ª Região Judiciária</b>	1 – Abaetetuba (Sede) 2 – Barcarena 3 – Igarapé-Miri 4 – Moju 5 – Tailândia
<b>4º Pólo – Castanhal</b>	<b>4ª Região Judiciária</b>	1 – Castanhal 2 – Curuçá 3 – Igarapé-Açu 4 – Irituia 5 – Inhangapi 6 – Magalhães Barata 7 – Maracanã 8 – Marapanim 9 – São Domingos do Capim 10 – São Francisco do Pará 11 – São Miguel do Guamá 12 – Santa Maria do Pará 13 – São João da Ponta 14 – Terra Alta
<b>5º Pólo – Capanema</b>	<b>5ª Região Judiciária</b>	1 – Augusto Corrêa 2 – Bonito 3 – Bragança 4 – Cachoeira do Piriá 5 – Capanema (Sede) 6 – Capitão Poço 7 – Garrafão do Norte 8 – Nova Esperança do Piriá 9 – Nova Timboteua 10 – Ourém 11 – Peixe-Boi 12 – Primavera 13 – Quatipuru 14 – São João de Pirabas 15 – Salinópolis 16 – Santarém Novo 17 – Santa Luzia do Pará 18 – Tracuateua 19 – Viseu



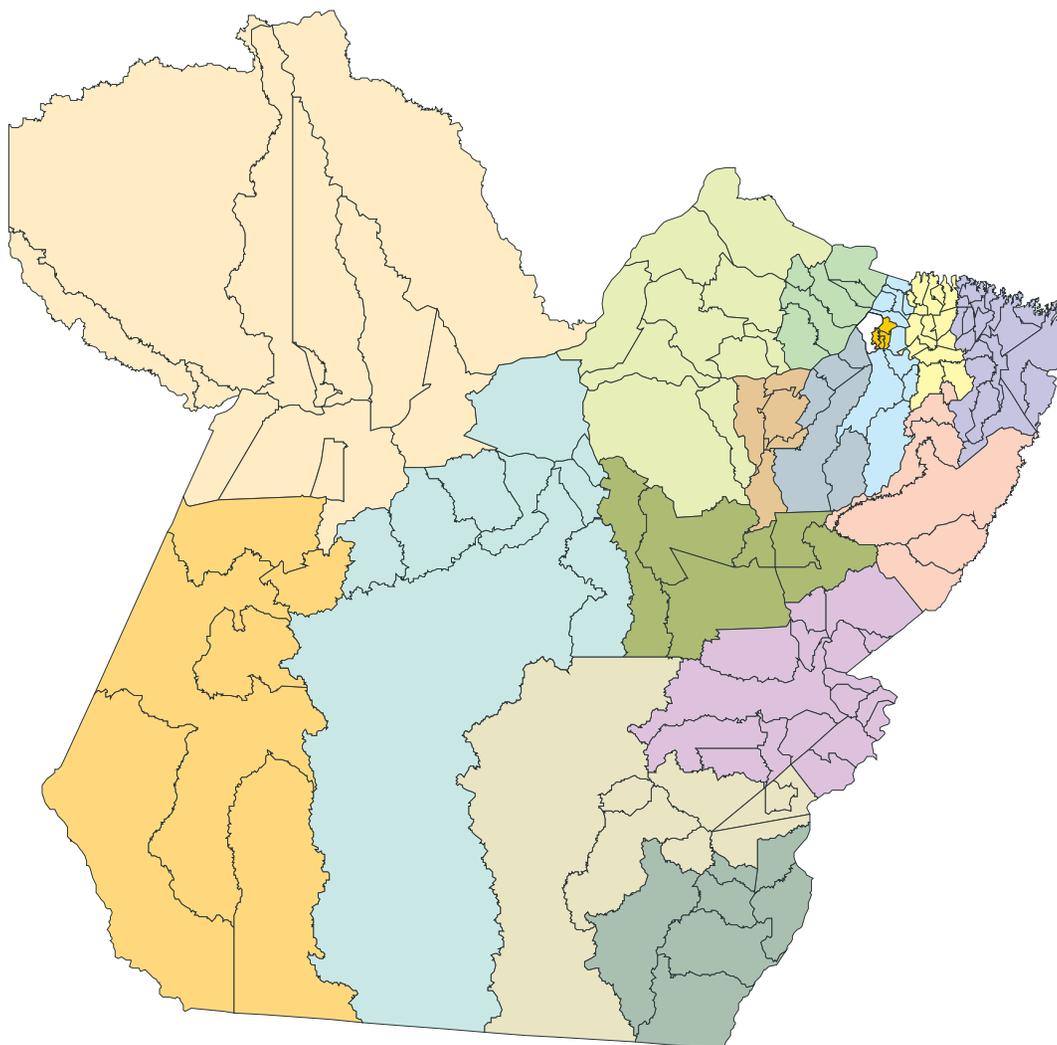
PÓLOS ADMINISTRATIVOS	REGIÕES JUDICIÁRIAS	MUNICÍPIOS
<b>6º Pólo – Paragominas</b>	<b>6ª Região Judiciária</b>	1 – Aurora do Pará 2 – Dom Eliseu 3 – Ipixuna do Pará 4 – Mãe do Rio 5 – Paragominas (Sede) 6 – Ulianópolis
<b>7º Pólo – Marajó</b>	<b>7ª Região Judiciária</b>	1 – Cachoeira do Arari 2 – Muaná 3 – Ponta de Pedras 4 – Santa Cruz do Arari 5 – Salvaterra 6 – Soure (Sede)
	<b>8ª Região Judiciária</b>	1 – Afuá 2 – Anajás 3 – Bagre 4 – Breves (Sede) 5 – Chaves 6 – Currálinho 7 – Gurupá 8 – Melgaço 9 – Portel 10 – São Sebastião da Boa Vista
<b>8º Pólo – Cametá</b>	<b>9ª Região Judiciária</b>	1 – Baião 2 – Cametá (Sede) 3 – Limoero do Ajuru 4 – Mocajuba 5 – Oeiras do Pará
<b>9º Pólo – Marabá</b>	<b>10ª Região Judiciária</b>	1 – Anapu 2 – Breu Branco 3 – Goianésia do Pará 4 – Novo Repartimento 5 – Pacajá 6 – Tucuruí (Sede)
	<b>11ª Região Judiciária</b>	1 – Abel Figueiredo 2 – Bom Jesus do Tocantins 3 – Brejo Grande do Araguaia 4 – Eldorado do Carajás 5 – Canaã dos Carajás 6 – Curionópolis 7 – Itupiranga 8 – Jacundá 9 – Marabá (Sede) 10 – Nova Ipixuna 11 – Palestina do Pará 12 – Parauapebas 13 – Piçarra 14 – Rondon do Pará 15 – São Domingos do Araguaia 16 – São Geraldo do Araguaia 17 – São João do Araguaia



PÓLOS ADMINISTRATIVOS	REGIÕES JUDICIÁRIAS	MUNICÍPIOS
10º Pólo – Redenção	12ª Região Judiciária	1 – Água Azul do Norte 2 – Bannack 3 – Ourilândia do Norte 4 – Rio Maria 5 – São Félix do Xingu 6 – Sapucaia 7 – Tucumã 8 – Xinguara (Sede)
	13ª Região Judiciária	1 – Conceição do Araguaia 2 – Cumaru do Norte 3 – Floresta do Araguaia 4 – Pau D’arco 5 – Redenção (Sede) 6 – Santana do Araguaia 7 – Santa Maria das Barreiras
11º Pólo – Altamira	14ª Região Judiciária	1 – Altamira 2 – Brasil Novo 3 – Medicilândia 4 – Placas 5 – Porto de Moz 6 – Senador José Porfírio 7 – Uruará 8 – Vitória do Xingu
12º Pólo - Santarém	15ª Região Judiciária	1 – Alenquer 2 – Almeirim 3 – Belterra 4 – Curuá 5 – Faro 6 – Jurutí 7 – Monte Alegre 8 – Óbidos 9 – Oriximiná 10 – Prainha 11 – Santarém (Sede) 12 – Terra Santa
	16ª Região Judiciária	1 – Aveiro 2 – Itaituba (Sede) 3 – Jacareacanga 4 – Novo Progresso 5 – Rurópolis 6 – Trairão



# REGIÕES JUDICIÁRIAS



- |   |                                  |
|---|----------------------------------|
| 1ª Região Judiciária - Ananindeua           | 9ª Região Judiciária - Cametá    |
| 2ª Região Judiciária - Santa Izabel do Pará | 10ª Região Judiciária - Tucuruí  |
| 3ª Região Judiciária - Abaetetuba           | 11ª Região Judiciária - Marabá   |
| 4ª Região Judiciária - Castanhal            | 12ª Região Judiciária - Xinguara |
| 5ª Região Judiciária - Capanema             | 13ª Região Judiciária - Redenção |
| 6ª Região Judiciária - Paragominas          | 14ª Região Judiciária - Altamira |
| 7ª Região Judiciária - Soure                | 15ª Região Judiciária - Santarém |
| 8ª Região Judiciária - Breves               | 16ª Região Judiciária - Itaituba |



## SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO	12
1. INTRODUÇÃO	14
2. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO	16
3. METODOLOGIA	16
4. GESTÃO ESTRATÉGICA DO TJPA	18
5. ESTRATÉGIA	18
6. MISSÃO	20
7. VISÃO	20
8. ÁREAS / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	21
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50



## APRESENTAÇÃO

---

Um dos maiores desafios da administração do judiciário nos dias atuais, é a garantia de eficiência e qualidade nos serviços jurisdicionais, num contexto de redução e insuficiência de recursos financeiros, associado ao custo elevado da máquina pública. A despeito dos avanços que foram notáveis nas administrações anteriores, no Pará, ainda não foi possível modernizar a contento esses serviços, de modo a atender com qualidade e celeridade aqueles que procuram a justiça em nosso Estado.

Por falta de recursos e, impossível não mencionar, pelas adversidades que a própria natureza ainda nos impõe –, sobretudo com relação a acessibilidade às Comarcas mais distantes da capital do Estado – bem como pela falta de atratividade para manter servidores ali trabalhando, tem sido muito difícil a justiça se tornar mais eficaz naquelas localidades e municípios.

Consciente desse quadro no momento em que assumimos a presidência do TJPA divulgamos aos magistrados, servidores e a sociedade em geral, a relação das principais diretrizes que norteariam a administração do biênio 2009/2011 não só para traduzir e imprimir rumos a administração mas, principalmente, no sentido de trabalhar o desenvolvimento das capacidades institucionais, na busca de melhor cumprir a missão do Judiciário no Pará.

Naquele momento fizemos questão de assegurar a implementação de um modelo de gestão judiciária, com base em novos paradigmas e no Planejamento Estratégico.

Nesse sentido e passando do discurso à ação, realizamos reuniões de trabalho com servidores dos Fóruns Cível e Criminal, com equipes das unidades das áreas administrativa,



---

de planejamento e de gestão e Seminários Regionalizados, esses últimos para ouvir os magistrados do interior, seus problemas e alternativas de solução, tudo com o objetivo de levantar as oportunidades e os pontos críticos para a ação do Judiciário paraense, inclusive aqueles sobre os quais não se tem ingerência direta.

Exemplo desse último tem sido o esforço de realizarmos reuniões com todas as instituições responsáveis pelo sistema judiciário e pela segurança pública do Estado, como tentativa de colher sugestões para ações integradas que auxiliem a justiça na solução de problemas penais, sobretudo o de presos provisórios.

Mais recentemente, por força da Resolução No. 70 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ foi solicitado aos Tribunais de todos os estados brasileiros a elaboração do Planejamento Estratégico para os próximos cinco anos, a partir de metodologia e conceitos comuns.

Este documento representa a consolidação desse processo. Traduz o compromisso assumido quando de minha posse e incorpora o Plano de Trabalho do Biênio 2009-2011, inseridos no Planejamento Estratégico acima referenciado. Sua exeqüibilidade dependerá de recursos e esforços que na condição de Presidente do TJE e patrocinador desse processo estou empenhado em viabilizar.

**Rômulo Nunes**

Desembargador Presidente



# 1. INTRODUÇÃO

---

Nos dias atuais, o Poder Judiciário do Pará, como instituição que busca a modernização e a celeridade na sua prestação jurisdicional, vem se tornando cada vez mais dependente de aperfeiçoar e orientar suas ações e projetos para garantir a continuidade do Programa de Modernização já em curso. Ao tempo em que concebe uma nova etapa desse processo com base no planejamento estratégico, desenvolve um Programa de Trabalho para 2009-2011 direcionado para a celeridade, transparência e efetividade na prestação dos serviços jurisdicionais, frente às demandas sempre crescentes e cada dia mais complexas da sociedade.

Isso exige disponibilizar meios para consolidar boas práticas de trabalho e de padronização de normas e procedimentos, objetivos que só serão alcançados com o desenvolvimento dos serviços prestados pela área de Tecnologia de Informação e Comunicação -TIC, com a qualificação dos magistrados e do quadro de servidores, bem como adotando novas metodologias de governança e controle.

O cenário inicial tem origens internas e externas que vão desde as ações modernizadoras e saneadoras das últimas administrações até as diretrizes definidas pelo CNJ, passando pela disseminação global massificada dos recursos de TIC.

A desatualização das práticas de trabalho atualmente empregadas, o comportamento muitas vezes apenas reativo para solução dos problemas, o crescimento contínuo das demandas, a estrutura organo-funcional inadequada e o limitado quadro de pessoal técnico,



---

impõem mudanças que passam obrigatoriamente pelo planejamento estratégico interno, como forma de estruturar, num horizonte de tempo factível, o melhor uso dos recursos e das tecnologias disponíveis.

Por outro lado, vale ressaltar a importância de ações contínuas, que acumulam ganhos para a instituição e propiciam o resgate definitivo de muitos anos de atraso e falta de estrutura, principalmente nas Comarcas do interior do Estado.

O momento é propício para operar mudanças e fazer nascer um novo ciclo de crescimento, aperfeiçoamento e qualificação do Poder Judiciário do Pará, como forma de garantir o cumprimento adequado de sua missão relativa à atividade jurisdicional.

Prosseguindo na visão de melhorar a prestação dos serviços jurisdicionais, o planejamento está apontando para a necessidade de revisão, adequação e padronização das práticas de trabalho e da estrutura da Organização, no sentido de melhorar o desempenho na prestação dos serviços, com foco na excelência jurisdicional. Do mesmo modo há premência de alocação de investimentos em projetos estruturantes de TIC e de infra-estrutura física que vão depender da disponibilidade de recursos financeiros e das condições de acessibilidade às Comarcas do Interior, fatores que dependem de parcerias com outras Instituições e Poderes do Estado.

Finalmente, a responsabilidade social e ambiental, a imparcialidade, a ética e a probidade são destacados no Plano como valores relevantes para orientar o comportamento dos magistrados e servidores do Poder Judiciário em nosso Estado.

---



## 2. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO

---

A grande importância do processo de planejamento é decidir antecipadamente o que fazer para alcançar um determinado fim, com a melhor utilização de esforços e recursos disponíveis, para um horizonte temporal determinado. Nesse processo que é sistêmico, é fundamental considerar as experiências passadas que vão se constituir no capital institucional que assegura a continuidade de ações estruturantes da Instituição.

É por meio do planejamento que são avaliadas as implicações de ações presentes, reduzindo a incerteza das organizações com relação ao seu futuro.

Utilizar o Planejamento Estratégico como um instrumento de definição de objetivos e metas e de orientação de projetos/ações, permitirá ao Judiciário trabalhar no médio e longo prazos com efetividade, alinhando e integrando suas Unidades, inclusive ao Judiciário Nacional, para avançar na modernização, nos trâmites e aprimoramento processuais, na redução dos custos da justiça e no uso eficiente dos recursos financeiros, humanos e materiais.

## 3. METODOLOGIA

---

O início dos trabalhos visando à implantação do planejamento estratégico do Poder Judiciário deu-se imediatamente após a posse do Presidente do TJPA em fevereiro de 2009. Durante o II Encontro Nacional do Judiciário ocorrido em 16 de fevereiro do mesmo ano, na cidade de Belo Horizonte- MG foi validado o Plano de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e a aprovação das 10 Metas Nacionais de Nivelamento para o ano de 2009, definindo inclusive as orientações metodológicas para a elaboração do planejamento.

Anteriormente, num contexto de planejamento e programação de alocação de recursos, já se aplicava metodologia própria para elaboração de dois documentos referenciais para definir os rumos da gestão que ora se iniciara: a “Agenda de Compromissos Institucionais” e as “Diretrizes para o Plano de Gestão do Biênio 2009/2010”.



A partir da apreciação do Plano Estratégico Nacional do Conselho Nacional de Justiça, as iniciativas internas foram adequadas como instrumento orientador do Plano Estratégico do TJPA, com ênfase para a construção do Mapa Estratégico do Judiciário paraense.

A elaboração do planejamento estratégico se deu de forma democrática, contando com a participação efetiva de magistrados e servidores de primeiro e segundo graus, da capital e do interior, para a definição dos objetivos e das iniciativas estratégicas, que constituem a base fundamental da metodologia que está sendo aplicada: o Balanced Scorecard – BSC.

Nas reuniões de trabalho com representantes das Unidades do Judiciário, foram difundidos e internalizados os conceitos de Missão, Visão e de Mapa Estratégico, e da ferramenta de planejamento para definição da matriz que norteará a análise estratégica. Essa matriz permite visualizar, de forma bastante simplificada, a análise do ambiente externo e interno da Organização, contribuindo assim para uma melhor reflexão em termos de proposições e modernização da gestão.

As oficinas de diagnóstico realizadas com os diversos setores do Judiciário, as pesquisas de satisfação do usuário e a pesquisa de clima organizacional, além das entrevistas realizadas junto aos magistrados, permitiram o levantamento dos pontos fortes e fracos que serviram de suporte a definição das principais metas a serem alcançadas no próximo quinquênio. A experiência acumulada da equipe de colaboradores foi o diferencial para a seleção das prioridades das ações do Plano de Ação. Outro ponto alto da aplicação da metodologia foi o engajamento e o compromisso das pessoas no processo, pois o fato de estarem sendo ouvidas denotou reconhecimento por parte da Administração Superior do trabalho que as mesmas realizam para o fortalecimento e acesso à justiça do Estado.

Para a área de Informática, a partir das mesmas diretrizes definidas para o biênio e das recomendações emanadas do Conselho Nacional de Justiça, foram definidos projetos para aumentar a qualidade e a extensão dos serviços baseados nas Tecnologias da Informação e Comunicações - TIC, prestados pela Secretaria de Informática. Também foi realizado em fevereiro/2009 um Seminário Interno para o planejamento, comprometimento, qualidade e reestruturação da Secretaria de Informática, ocasião na qual foram expostas metas da nova administração e, de forma pragmática, as mudanças necessárias para reestruturar e melhor organizar a atuação da Secretaria para o alcance das referidas metas.



## 4. GESTÃO ESTRATÉGICA DO TJ/PA

---

O Poder Judiciário, por meio da gestão estratégica, implementará as ações e as adequações necessárias na sua organização e no seu funcionamento para melhorar, significativamente, o desempenho na prestação dos seus serviços, com foco na excelência jurisdicional.

## 5. ESTRATÉGIA

---

A estratégia adotada para viabilizar o Planejamento Estratégico se desdobrará em duas etapas e seis estágios, a saber:

### ETAPAS

1. Criar meios de fortalecimento institucional e de modernização para levar a justiça aos cidadãos que a procuram, alcançando a Missão que lhe foi conferida pela Constituição Federal;

2. Buscar estímulo e desenvolvimento harmônico da atividade laboral e projetar mecanismos, regras e critérios correspondentes à nova maneira de operar

### ESTÁGIOS

1. Desenvolver a estratégia (missão, valores, etc)

2. Planejar a estratégia (mapa e temas estratégicos, indicadores, metas, ações, etc);

3. Alinhar a organização (comunicação, desdobramento para as unidades, vincular objetivos dos setores, motivar servidores).

4. Planejar operações (aprimorar processos críticos, integrar com o orçamento, etc);

5. Monitorar e aprender (avaliação do desempenho da estratégia);

6. Testar e adaptar.



## MAPA ESTRATÉGICO DO T.J/PA

### VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido pela sociedade como uma Instituição acessível e efetiva, comprometida com o pleno exercício da cidadania

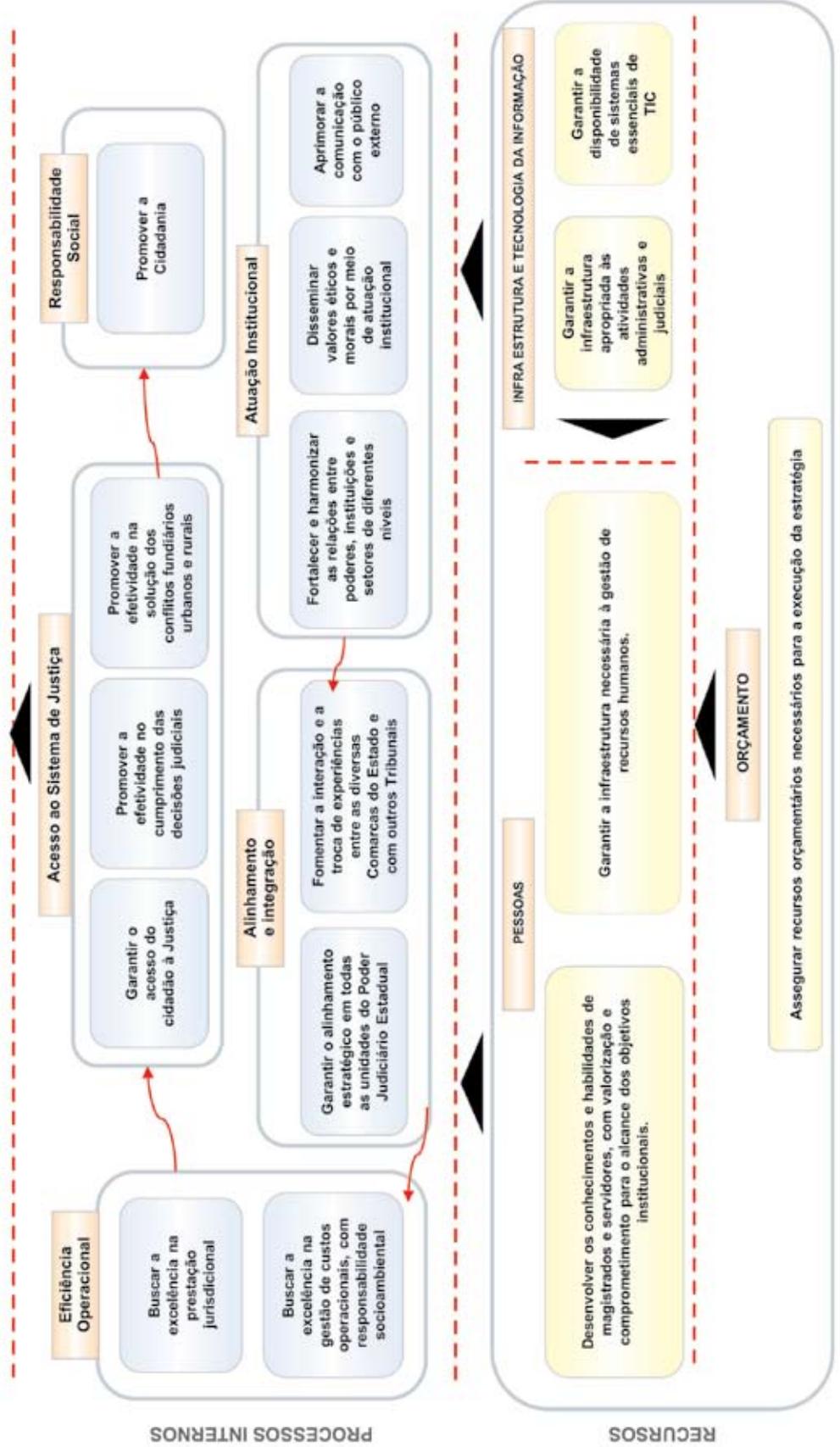
### MISSÃO

Realizar a justiça buscando a excelência jurisdicional, contribuindo com o efetivo fortalecimento do estado democrático de direito.

### VALORES:

- Ética
- Celeridade
- Modernidade
- Responsabilidade social e ambiental

SOCIEDADE



PROCESSOS INTERNOS

RECURSOS

## 6. MISSÃO

---

Realizar a justiça buscando a Excelência na prestação jurisdicional contribuindo com o efetivo fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

## 7. VISÃO

---

Ser reconhecido pela sociedade como uma Instituição acessível e efetiva, comprometida com o pleno exercício da cidadania



## 8. TEMAS

---

### **8.1. EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

#### **81.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

> BUSCAR A EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

> Assegurar a agilidade na tramitação dos processos judiciais.

#### **JUSTIFICATIVA**

> O excessivo tempo em que os processos tramitam no Poder Judiciário.

#### **INDICADOR**

> **TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL:** Total de processos judiciais baixados no ano em relação ao somatório dos casos novos no ano em análise e os casos pendentes do ano anterior, mensurado semestralmente.

#### **META**

> Reduzir em 25% a taxa de congestionamento processual do Poder Judiciário, sendo 5% a.a.

#### **PROJETOS**

### **1. PROJETO DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS JUDICIAIS**

#### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto se propõe a viabilizar a padronização dos procedimentos judiciais e das rotinas de trabalho das Secretarias Judiciárias de 1º Grau Cíveis e Criminais, Secretarias de Juizados Especiais, Secretarias de 2º Grau Cíveis e Criminais e Secretaria Judiciária.

#### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Eficiência operacional: Buscar a excelência na prestação jurisdicional.



### **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Constituem clientes do projeto as Corregedorias de Justiça, a Secretaria Geral de Gestão que coordenará todas as áreas envolvidas, Secretarias de 1º Grau Cíveis e Criminais, Secretarias dos Juizados Especiais, Secretarias de 2º Grau Cíveis e Criminais e Secretaria Judiciária.

### **1.4. JUSTIFICATIVA**

Elevada taxa de congestionamento e a ausência de padronização dos procedimentos judiciais e das rotinas de trabalhos nas diversas Secretarias Judiciárias, tanto na capital como nas comarcas do interior do Estado.

## **2. PROJETO JUIZADO ESPECIAL DIGITAL**

### **2.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto se propõe a viabilizar a implantação do Sistema CNJ - PROJUDI em todos os Juizados Especiais Cíveis no Estado do Pará.

### **2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Eficiência Operacional: Buscar a excelência na prestação jurisdicional.

### **2.3. CLIENTES DO PROJETO**

Constituem clientes do projeto a Presidência do TJPA, as Corregedorias de Justiça, os Juizados Especiais, as Turmas Recursais, a Secretaria Geral de Gestão, a Secretaria de informática, e os operadores de direito e demais instituições envolvidas na prestação jurisdicional.

### **2.4. JUSTIFICATIVA**

O principal objetivo deste projeto é a informatização de todos os Juizados Especiais Cíveis do Estado do Pará, em consonância com a Meta 4 de Nivelamento do CNJ para o ano de 2009, cujo foco é informatizar todas as distribuições de processos e recursos.

## **3. PROJETO LIBRA**

### **3.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto se propõe a viabilizar a implantação da versão 1.0 do Sistema de Gestão de Processos Judiciais – LIBRA em substituição aos atuais sistemas de controle de processo



SAPXXI (1ºGrau), SAP2G (2ºGrau) e Arrecadação Judicial em todas as unidades judiciais de 1ª e 2ª instâncias, excetuando os Juizados Especiais Cíveis que serão atendidos pelo Sistema CNJ - PROJUDI.

Abrange também o desenvolvimento de novas funcionalidades a fim de proporcionar aos usuários, maior eficiência na prestação de serviços aos jurisdicionados, bem como garantir o cumprimento das Resoluções nºs 46, 63, 65 e 91 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

### **3.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Eficiência Operacional: Buscar a excelência na prestação jurisdicional.

### **3.3. CLIENTES DO PROJETO**

São clientes do projeto a Presidência do TJPA, as Corregedorias de Justiça, as Varas e Secretarias de 1º Grau Cíveis e Criminais, as Secretarias de Câmaras Cíveis e Criminais, a Secretaria Judiciária, os Juizados Especiais Criminais, as Turmas Recursais, as Unidades de Arrecadação Judicial, a Secretaria Geral de Gestão, a Secretaria de Informática, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, e os operadores de direito e demais instituições envolvidas na prestação jurisdicional.

## **4. JUSTIFICATIVA**

O Projeto Libra tem por objetivo a substituição dos atuais Sistemas de Acompanhamento Processual – SAPXXI e SAP2G, SAPCOR e Arrecadação Judicial.

## **5. PROJETO DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA JUDICIÁRIA**

### **5.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O aumento da demanda por prestação de serviços judiciais enseja a viabilização da instalação de Varas da Justiça Comum (Cível e Criminal), Varas de Juizados Especiais e Varas Especializadas, em municípios que comprovadamente possuam maior quantidade de conflitos. O projeto tem ainda a finalidade de ampliar o número de varas da infância e juventude, através da criação e implantação de Varas da Infância e Juventude por Região Judiciária, além do Centro Integrado das Varas da Infância e Juventude da Comarca de Belém.

### **5.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Eficiência operacional: Buscar a excelência na prestação jurisdicional.



### **5.3. CLIENTES DO PROJETO**

Constituem clientes do projeto as Unidades Judiciárias do Estado do Pará e a sociedade.

### **5.4. JUSTIFICATIVA**

A implantação do projeto de ampliação da infraestrutura judiciária se justifica em função da necessidade de melhorar a prestação jurisdicional, na medida em que possibilita ao cidadão o acesso com mais eficiência e eficácia ao sistema de justiça do Estado.

## **6. PROJETO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL**

### **6.1. ESCOPO OU ALINHAMENTO DO PROJETO**

Este projeto se propõe a viabilizar a tramitação de documentos ou processos administrativos de forma totalmente digital, abolindo o uso de papel.

### **6.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Eficiência Operacional: Buscar a excelência na prestação jurisdicional.

### **6.3. CLIENTES DO PROJETO**

São clientes do projeto as unidades administrativas do Poder Judiciário e o público externo.

### **6.4. JUSTIFICATIVA**

O Projeto Processo Administrativo Digital visa a atender as unidades administrativas promovendo a integração e celeridade na prestação dos serviços.



## **8.1. EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

### **81.2. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

> BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS COM RESPONSABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

> Garantir o aprimoramento da utilização dos recursos a partir da gestão dos custos operacionais, com ênfase na responsabilidade socioambiental.

#### **JUSTIFICATIVA**

> A ausência de política institucional de gastos, impossibilitando o controle dos custos, inclusive no que se refere aos relativos ao meio ambiente.

#### **INDICADOR**

> ÍNDICE DE CUSTO OPERACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO: Total dos Custos Operacionais (área meio e fim) em relação a Custo Total do Poder Judiciário, mensurado anualmente.

#### **METAS**

> Reduzir em 40% o índice de custo operacional, sendo 10% a.a nos anos 2010, 2011, 2012 e 5% a.a nos anos de 2013 e 2014.

#### **PROJETOS**

##### **1. PROJETO SISTEMA DE GESTÃO DE CUSTOS**

###### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

A implantação do Sistema de Gestão de Custos implicará na redução de custos, com aumento de produtividade e melhoria dos controles internos. O sistema a ser implantado possibilitará eficiência e eficácia das atividades de planejamento, execução e controle, via obtenção de informações gerenciais em tempo real, com grau de detalhamento capaz de oportunizar ao gestor tomadas de decisões mais precisas a uma administração mais eficiente.



## **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Eficiência operacional: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais com responsabilidade socioambiental.

## **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Constituem clientes do projeto a Secretaria Geral de Gestão, a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, a Secretaria de Administração e a Secretaria de Informática.

## **1.4. JUSTIFICATIVA**

A crescente demanda por serviços jurisdicionais vem impondo ao Poder Judiciário a busca por ferramentas que propiciem a maximização de resultados, com redução de custos.

## **2. PROJETO SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DA AGENDA SÓCIOAMBIENTAL**

### **2.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto tem por escopo implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Poder Judiciário do Estado, por meio de ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, e ações de licitações sustentáveis.

### **2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Eficiência Operacional: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais com responsabilidade socioambiental.

### **2.3. CLIENTES DO PROJETO**

Constituem clientes do projeto as unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário do Estado, e a sociedade.

### **2.4. JUSTIFICATIVA**

O projeto decorre da necessidade da busca de sustentabilidade socioambiental em consonância ao Programa do Governo Federal (Agenda A3P).



## **8.2. ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA**

### **82.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

>GARANTIR O ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA.

### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

>Facilitar o acesso à Justiça garantindo a equidade no atendimento aos jurisdicionados.

### **JUSTIFICATIVA**

>Dificuldade de acesso à justiça da população de menor poder aquisitivo e também aquelas que estão socialmente excluídas.

### **INDICADOR**

>NÚMERO DE PESSOAS COM ACESSO A JUSTIÇA: O número de pessoas atendidas pela Justiça Estadual, no ano-base, considerando como partes demandantes (autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental, mensurado anualmente.

### **METAS**

>Ampliar em 25% a prestação jurisdicional em todo o território estadual, sendo 5% a.a.

### **PROJETOS**

#### **1. PROJETO CONCILIANDO COM A JUSTIÇA**

##### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto tem por objetivo a criação de Núcleos de Mediação, Núcleos de Conciliação Comunitária e Centrais de Conciliação, visando à solução mais célere de conflitos, ao mesmo tempo em que cultivará uma cultura de pacificação, permitindo a solução de possíveis litígios.

##### **1.2. ALINAMENTO ESTRATÉGICO**

Acesso ao Sistema de Justiça: Garantir o acesso do cidadão à justiça.



### 1.3. CLIENTES DO PROJETO

Constituem clientes do projeto os jurisdicionados, os operadores de direito e as unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado.

### 1.4. JUSTIFICATIVA

A crescente demanda pela prestação jurisdicional, principalmente no que se refere à garantia dos direitos humanos, tem conduzido os países desenvolvidos a implantarem atendimento jurídico com ênfase na mediação, negociação, conciliação e arbitragem, como técnica alternativa na resolução de conflitos.

## 2. PROJETO JUSTIÇA RIBEIRINHA

### 2.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO

O projeto tem por escopo a promoção de ações de justiça e cidadania aos jurisdicionados paraenses que vivem as margens dos rios, os quais devido às dimensões territoriais do Estado, marcado por longas distâncias, tem dificuldades de acesso ao sistema de justiça. Consiste na realização de ações itinerantes de justiça e cidadania junto à população mencionada, por meio da atuação articulada de parcerias com outros Poderes, instituições e órgãos públicos e privados.

### 2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Acesso ao Sistema de Justiça: Garantir o acesso do cidadão à justiça.

### 2.3. CLIENTES DO PROJETO

Os clientes do projeto são as unidades judiciárias e os jurisdicionados.

### 2.4. JUSTIFICATIVA

O Projeto Justiça Ribeirinha do Poder Judiciário estadual foi concebido para ampliar a prestação de serviços judiciais à população ribeirinha e viabilizar o acesso desses cidadãos ao sistema de justiça.



## **8.2. ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA**

### **82.2. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

- > PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

- > Disponibilizar os meios e instrumentos necessários para o cumprimento das decisões judiciais em tempo razoável.

#### **JUSTIFICATIVA**

- > O excessivo tempo para a efetiva execução da sentença.

#### **INDICADOR**

- > TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO (1º GRAU E JUIZADOS ESPECIAIS): Relação entre o Total de execuções baixadas no 1º grau/Juízados Especiais e o somatório dos Casos Novos de Execução no 1º grau/Juízados Especiais no ano em análise e os Casos Pendentes de Execução do 1º grau/Juízados Especiais no ano anterior.

#### **METAS**

- > Reduzir em 20 pontos percentuais a Taxa de Congestionamento na Fase de Execução, sendo 4 pontos percentuais ao ano.

#### **PROJETOS**

##### **1. PROJETO CONCRETIZANDO A JUSTIÇA.**

###### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto visa a reestruturar a logística operacional das Varas de Execução Penal, dos Núcleos de Penas e Medidas Alternativas, Varas Cíveis das Comarcas do Interior e Juizados Especiais, com a infraestrutura necessária, objetivando otimizar o tempo no cumprimento das decisões judiciais.



## **1.2. ALINAMENTO ESTRATÉGICO**

Acesso ao sistema de justiça: Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais.

## **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Constituem clientes do projeto as Varas de Execução Penal, os Núcleos de Penas e Medidas Alternativas, as Varas Cíveis das Comarcas do Interior, os Juizados Especiais, a Secretaria Geral de Gestão, a Secretaria de Administração e a Sociedade.

## **1.4. JUSTIFICATIVA**

A necessidade de dotar as unidades judiciárias, de infraestrutura necessária a efetivação do cumprimento das decisões judiciais.



## **8.2. ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA**

### **82.3. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

> PROMOVER A EFETIVIDADE NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS E RURAIS.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

> Disponibilizar os meios e instrumentos necessários para agilizar a solução dos conflitos fundiários urbanos e rurais, no âmbito do Poder Judiciário.

#### **JUSTIFICATIVA**

> O número de invasões de áreas já identificadas com conflitos instalados e o excessivo tempo para a efetiva execução das sentenças, agravando os conflitos sociais.

#### **INDICADOR**

> ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE DE AÇÕES DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS E RURAIS: Relação entre o total de ações de natureza fundiária sentenciadas com execução efetivada no ano e o total de ações que ingressaram no ano.

#### **METAS**

> Alcance de 50% de resolutividade das ações de conflito fundiário, sendo 10% a.a.

### **1. PROJETO DE CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS**

#### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto visa à criação do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários para articular ações de prevenção e solução de conflitos fundiários, através da conciliação e mediação, envolvendo os órgãos competentes, para prevenir e alcançar a pacificação nas áreas de risco.

#### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Acesso ao sistema de justiça: Promover a efetividade na solução de conflitos fundiários urbanos e rurais.



### 1.3. CLIENTES DO PROJETO

Constituem clientes do projeto as Unidades Judiciárias, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), a Defensoria Pública Agrárias, os Juízes Agrários, o Ministério Público do Pará, a Ouvidoria Agrária do Pará e a Ouvidoria Agrária Nacional

### 1.4. JUSTIFICATIVA

A agenda dos órgãos competentes envolvidos e responsáveis pela prevenção e solução de conflitos fundiários, não atende as expectativas de resolução destes, daí a necessidade da criação de uma unidade que consiga promover a articulação daquelas ações.

## 2. PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO DO PARÁ

### 2.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO

O projeto objetiva a informatização dos procedimentos cartoriais, digitalização registrada dos livros existentes e a conseqüente criação de seu Banco de Dados, para subsidiar a obtenção das informações necessárias a solução dos conflitos fundiários urbanos e rurais.

### 2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Acesso ao sistema de justiça: Promover a efetividade na solução de conflitos fundiários urbanos e rurais.

### 2.3. CLIENTES DO PROJETO

Constituem clientes do projeto o Conselho Nacional de Justiça, as Corregedorias de Justiça do Estado do Pará, os Juízes de Registro Público, os Juízes Agrários, os Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Pará, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Instituto de Terras do Pará – ITERPA, o Ministério Público, a Defensoria Pública Agrária, a Ouvidoria Agrária do Pará e a Ouvidoria Agrária Nacional.

### 2.4. JUSTIFICATIVA

A necessidade de modernização dos Cartórios de Registros de Imóveis para garantir a confiabilidade da documentação e da agilização nos trâmites dos processos judiciais.



## **8.3. RESPONSABILIDADE SOCIAL**

### **83.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

> PROMOVER A CIDADANIA.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

> Promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão.

#### **JUSTIFICATIVA**

> Ampliar a prestação de serviços judiciais com o foco na Responsabilidade Social

#### **INDICADOR**

> NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS: Total de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais, mensurado anualmente.

#### **METAS**

> Aumentar em 25% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, sendo 5% a.a.

### **1. PROJETO JUSTIÇA E CIDADANIA**

#### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto tem por escopo institucionalizar o calendário de Ações de Cidadania.

#### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Responsabilidade social: Promover a cidadania.

#### **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Os clientes do projeto são a sociedade, Sociedade, o Tribunal do Justiça do Pará, as Unidades Judiciárias, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o Ministério Público do Pará, a Defensoria Pública do Pará, a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Pará, a Polícia Federal, o Poder Executivo do Estado do Pará, os Cartório Extra Judiciais e outros órgãos envolvidos no projeto.



## 1.4. JUSTIFICATIVA

Informar ao Cidadão seus direitos e deveres, bem como viabilizar o acesso aos direitos de cidadania e promover a mediação e solução de conflitos

## 2. PROJETO AGUAPÉ

### 2.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO

O Projeto Aguapé visa atender por meio de ações socializadoras os apenados da justiça que estejam cumprindo pena em regime fechado, semi aberto e aberto, cumpridores de penas e medidas alternativas e os egressos do sistema penal.

### 2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Responsabilidade social: Promover a cidadania.

### 2.3. CLIENTES DO PROJETO

São clientes do projeto o Poder Judiciário do Estado, os cumpridores de penas e medidas alternativas, de pena privativa de liberdade, os egressos do sistema penal e a sociedade.

### 2.4. JUSTIFICATIVA

A ausência de ações que garantam ou possibilitem aos apenados e egressos do sistema penal sua reintegração ao convívio social objetivando evitar a reincidência de atos delituosos.



## **8.4. ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO**

### **84.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

>GARANTIR O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO EM TODAS AS UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

>Garantir que as unidades judiciais e administrativas tenham sua gestão alinhadas ao planejamento estratégico do Poder Judiciário Estadual e Nacional, visando a alcançar os objetivos propostos.

#### **JUSTIFICATIVA**

>Cumprir o cronograma anual do Planejamento Estratégico

#### **INDICADOR**

>ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES COM FOCO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: número de ações realizadas pautadas no Plano Estratégico do Poder Judiciário em relação a número total de ações programadas do Plano Estratégico, mensurado anualmente.

#### **METAS**

>Obter 80% a.a. de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014.

#### **PROJETOS**

### **1. PROJETO DE GESTÃO E MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

#### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

Consiste na adequação das unidades administrativas responsáveis pela Gestão Estratégica – Secretaria Geral de Gestão e Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças.

#### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Alinhamento e integração: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do poder judiciário estadual.

#### **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Os clientes do projeto são Unidades do Poder Judiciário Estadual e o Conselho Nacional de Justiça.

#### **1.4. JUSTIFICATIVA**

Necessidade do alinhamento estratégico em todas as unidades do Poder Judiciário Estadual.



## **8.4. ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO**

### **84.2. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

> FOMENTAR A INTERAÇÃO E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE AS DIVERSAS COMARCAS DO ESTADO E COM OUTROS TRIBUNAIS.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

> Buscar a integração entre Comarcas e demais Tribunais para troca de experiências e projetos que viabilizem os objetivos comuns.

#### **JUSTIFICATIVA**

> Compartilhar idéias e ferramentas, cujo foco seja o Planejamento Estratégico do Judiciário Estadual.

#### **INDICADOR**

> NÚMERO DE PARCERIAS ESTABELECIDAS ENTRE OS TRIBUNAIS, INSTITUIÇÕES E OUTROS SETORES: Somatório de parcerias realizadas anualmente para troca de boas práticas, mensurado anualmente

#### **METAS**

> Realizar 10 parcerias com foco na troca de boas práticas para o Poder Judiciário Estadual, sendo 2 parcerias por ano.

### **1. PROJETO BANCO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DO TJPA**

#### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O Projeto visa catalogar e disseminar as melhores práticas de gestão desenvolvidas pelas diversas unidades do Poder Judiciário.

#### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Alinhamento e integração: Fomentar a interação e a troca de experiências entre as diversas comarcas do estado e com outros tribunais.

#### **> CLIENTES DO PROJETO**

Os clientes do projeto são as unidades do Poder Judiciário do Estado.

#### **> JUSTIFICATIVA**

A necessidade de fortalecer o desempenho institucional do Poder Judiciário, para o aperfeiçoamento da gestão administrativa e judiciária.



## **8.5. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**

### **85.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

>FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE PODERES, INSTITUIÇÕES E SETORES DE DIFERENTES NÍVEIS.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

>Promover o fortalecimento e harmonização das relações do Poder Judiciário Estadual com os Poderes Executivo, Legislativo e estabelecer parcerias institucionais com os órgãos do Sistema de Justiça – Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil e entidades públicas e privadas para o alcance da estratégia.

#### **JUSTIFICATIVA**

>A necessidade de articulação entre poderes e instituições que integram o sistema de justiça para o alcance de suas missões.

#### **INDICADOR**

>ÍNDICE DE EFETIVAÇÃO DE RESULTADOS COOPERATIVOS: Somatório das parcerias que contribuem para o alcance da estratégia, sobre o total de parcerias vigentes no período, mensurado anualmente.

#### **METAS**

>Aumentar para 95% o índice de parcerias estratégicas, sendo 1% ao ano.

#### **PROJETO**

### **1. PROJETO PARCEIROS DA JUSTIÇA**

#### **1.1 ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O presente projeto visa integrar as iniciativas e ações de políticas públicas dos Poderes Executivo e Legislativo e demais órgãos e instituições que integram o Sistema de Justiça as ações estratégicas do Poder Judiciário, de forma coordenada, respeitando suas responsabilidades institucionais, limites legais e competências administrativas, buscando soluções conjuntas para as complexas ações necessárias a efetiva prestação jurisdicional, que precisam da atuação de diversos atores, visando levar a justiça a todo o cidadão.



## **1.2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Atuação institucional: Fortalecer e harmonizar as relações entre poderes, instituições e setores de diferentes níveis.

## **1.3 CLIENTES DO PROJETO**

Constituem clientes do projeto o Poder Judiciário, o Poder Executivo e o Poder Legislativo do Estado do Pará e demais órgãos e instituições que interagem com o Sistema de Justiça.

## **1.4 JUSTIFICATIVA.**

A necessidade de definir diretrizes de atuação conjunta e articulada para a busca de soluções para as complexas ações necessárias à efetiva prestação jurisdicional.

## **2. PROJETO LAUDOS PERICIAIS**

### **2.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

Viabilização de convênio de cooperação técnica entre o TJPA e o Instituto de Criminalística Renato Chaves, para desenvolvimento do Portal Institucional que permitirá aos magistrados a requisição e consulta a laudos periciais finalizados e assinados digitalmente, o que acarretará celeridade aos processos.

### **2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Atuação Institucional: Fortalecer e harmonizar as relações entre poderes, instituições e setores de diferentes níveis.

### **2.3. CLIENTES DO PROJETO**

São clientes do projeto a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, as Varas de Secretarias de 1º Grau Cíveis e Criminais. Secretaria Geral de Gestão, a Secretaria de Informática, a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças e o Instituto de Criminalística Renato Chaves.

### **2.4. JUSTIFICATIVA**

A necessidade de agilização na confecção e entrega dos laudos periciais necessários à tramitação de processos judiciais.



## **8.5. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**

### **85.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

> DISSEMINAR VALORES ÉTICOS E MORAIS POR MEIO DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

> Valorizar e difundir práticas que fomentem os valores éticos e morais no âmbito do Poder Judiciário.

#### **JUSTIFICATIVA**

> A necessidade de enraizar no desenvolvimento das atividades judiciais valores éticos e morais que alicerces a Justiça Estadual.

#### **INDICADOR**

> ÍNDICE DE PROMOÇÃO DE VALORES ÉTICOS E MORAIS: Número total de ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, mensurado anualmente.

#### **METAS**

> Aumentar em 50% o número de ações relacionados à disseminação de valores éticos e morais, sendo 10% a.a.

#### **PROJETOS**

### **1. PROJETO JUSTIÇA E ÉTICA**

#### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto tem o intuito de difundir e discutir os valores éticos e morais que devem nortear a atuação do Poder Judiciário, bem como de todos os atores integrantes do Sistema de Justiça.

#### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Atuação Institucional: Disseminar valores éticos e morais por meio da atuação institucional.

#### **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Os clientes do projeto são os magistrados, os servidores e a sociedade.

#### **1.4. JUSTIFICATIVA**

A necessidade de enraizar os valores éticos e morais na conduta de magistrados e servidores, e de todos os operadores do direito.



## **8.5. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**

### **85.3. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

> APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO EXTERNO

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

> Aprimorar a forma de comunicação com o público externo, fazendo divulgar de modo transparente e acessível, às ações, informações e dados relativos às atividades inerentes a sua missão.

#### **JUSTIFICATIVA**

> As dificuldades que o leigo possui para entender a linguagem rebuscada e técnica utilizada nos atos administrativos e judiciais, aliada a decisão de reforçar a política de transparência das ações do Poder Judiciário.

#### **INDICADOR**

> ÍNDICE DE INSERÇÕES INSTITUCIONAIS NA MÍDIA: Quantidade de inserções na mídia por período, mensurado anualmente.

#### **METAS**

> Aumentar em 10% o número de inserções institucionais na mídia, sendo 2 % a.a.

#### **PROJETOS**

##### **1. PROJETO RADIO JUSTIÇA**

###### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto tem o intuito de difundir as notícias das ações, programas e políticas do Judiciário Paraense, com ênfase na divulgação dos direitos e garantias constitucionais do cidadão.

###### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Atuação Institucional: Aprimorar a comunicação com o público externo.

###### **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Constituem clientes do projeto o Poder Judiciário do Estado e a sociedade.

###### **1.4. JUSTIFICATIVA**

A necessidade de maior divulgação das ações, programas e políticas do Judiciário Paraense.



## **8.6. GESTÃO DE PESSOAS**

### **86.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

>DESENVOLVER CONHECIMENTOS E HABILIDADES DE MAGISTRADOS E SERVIDORES COM VALORIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

>Assegurar que magistrados e servidores adquiram conhecimentos, e habilidades, valorizando atitudes e ações de comprometimento com o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

#### **INDICADOR**

>ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS: Percentual (%) entre as pessoas treinadas nas competências estratégicas, sobre o total de pessoas, mensurado anualmente.

#### **METAS**

>Aumentar para 30% o índice de capacitação nas competências estratégicas, sendo em 2% no primeiro ano e em 1% em cada ano restante.

#### **JUSTIFICATIVA**

>Necessidade de atualizar e ampliar conhecimentos, promovendo o aprimoramento das competências e agregando valores éticos e institucionais voltados para o atendimento das demandas dos jurisdicionados.

#### **PROJETO**

### **1. PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES**

#### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto tem por escopo o desenvolvimento de ações voltadas à capacitação dos magistrados e servidores, em suas competências estratégicas, treinando-os para o melhor desempenho de suas atribuições, além de dotá-los dos conhecimentos necessários para a execução das tarefas dentro do novo padrão de modernização já implantado no Poder Judiciário.



## **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Gestão de Pessoas: Desenvolver conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores com valorização e comprometimento para o alcance dos objetivos institucionais.

## **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Constituem clientes do projeto os magistrados e servidores.

## **1.4. JUSTIFICATIVA**

As pesquisas de clima organizacional e as oficinas de diagnóstico realizadas nos diversos Pólos Administrativos do Poder Judiciário apontaram para a necessidade de capacitação dos magistrados e servidores em suas competências estratégicas, como condição necessária a profissionalização da gestão e dos processos de trabalho.



## **8.6. GESTÃO DE PESSOAS**

### **86.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

>GARANTIR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

>Prover os meios necessários para a gestão de recursos humanos.

#### **INDICADOR**

>ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA: Número de ações realizadas em relação previstas, mensurado anualmente.

#### **METAS**

>Aumentar para 95% o índice de execução das ações de infraestrutura, sendo 9% a.a. nos dois primeiros anos, 4% a.a. nos terceiro e quarto ano e 2% no quinto ano.

#### **JUSTIFICATIVA**

>A implementação das ações de ampliação da infraestrutura se traduz em eficácia dos processos e otimização dos custos com pessoal.

#### **PROJETOS**

### **1. PROJETO DE PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

#### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto foi concebido visando dar eficiência aos procedimentos e a acessibilidade de informações administrativas aos Magistrados e Servidores.

#### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Gestão de Pessoas: Garantir a infraestrutura necessária a gestão de pessoas do Poder Judiciário do Estado do Pará.

#### **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Os clientes do projeto são os magistrados e servidores, ativos e inativos.



#### **1.4. JUSTIFICATIVA**

A necessidade de aperfeiçoar as rotinas de trabalho e garantir o acesso à informação com tempestividade.

### **2. PROJETO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

#### **2.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O Projeto tem por finalidade efetuar um planejamento permanente do dimensionamento da estrutura funcional padrão no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

#### **2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Gestão de Pessoas: Garantir a infraestrutura necessária a gestão de pessoas do Poder Judiciário do Estado do Pará.

#### **2.3. CLIENTES DO PROJETO**

Os clientes do projeto são as unidades do Poder Judiciário.

#### **2.4. JUSTIFICATIVA**

O projeto foi concebido pela necessidade do estabelecimento da estrutura funcional padrão definida a partir das especificidades e demandas de cada unidade do Poder Judiciário.



## **8.7. INFRA ESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **87.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

>GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

>Edificar e reformar os prédios do Poder Judiciário de modo a assegurar instalações adequadas para as atividades administrativas e judiciais.

#### **JUSTIFICATIVA**

>Instalações inadequadas as atividades judiciais, a falta de segurança dos prédios e dos itens de segurança patrimonial.

#### **INDICADOR**

>COEFICIENTE DE EDIFICAÇÃO E/OU REFORMAS EXECUTADAS POR IMÓVEL DO PODER JUDICIÁRIO: Quantidade de imóveis adequados às atividades administrativas e judiciais pela quantidade total de imóveis do Poder Judiciário, mensurado anualmente.

#### **METAS**

>Adequar 35% dos imóveis até 2014, sendo 9% em 2010, 7% em 2011, 2012, 2013 e 5% em 2014.

#### **PROJETOS**

##### **1. PROJETO DE PADRONIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES**

###### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto objetiva estabelecer o padrão mínimo do quantitativo de áreas setorizadas que cada edificação deve ter, assegurando instalações adequadas para as atividades administrativas e judiciais, priorizando, sempre que possível, a utilização de materiais ecologicamente corretos.

###### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Infraestrutura e tecnologia da informação: Garantir a infraestrutura apropriada as atividades administrativas e judiciais.



### **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

Todas as unidades do Poder Judiciário.

### **1.4. JUSTIFICATIVA**

A necessidade de padronizar as edificações do Poder Judiciário com instalações adequadas ao pleno funcionamento das atividades administrativas e judiciais.

## **2. PROJETO PROGRAMA DE SEGURANÇA**

### **2.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto visa assegurar a segurança das pessoas que circulam nas unidades do Poder Judiciário e de seu patrimônio.

### **2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Infraestrutura e tecnologia da informação: Garantir a infraestrutura apropriada as atividades administrativas e judiciais.

### **2.3. CLIENTES DO PROJETO**

Todas as unidades do poder judiciário e a sociedade.

### **2.4. JUSTIFICATIVA**

A necessidade de melhorar a segurança das pessoas que circulam nas unidades e do patrimônio do Poder Judiciário.



## **8.7. INFRA ESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **87.2. OBJETIVO ESTRATÉGICO**

- > GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TIC

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

>Garantir a disponibilidade e prover ao usuário de sistemas de software e hardware seja através da manutenção e ou de novos serviços, que garantam a utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação.

#### **INDICADOR**

>(1) ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA: Tempo de disponibilidade de equipamentos/tempo total do período, mensurado mensalmente.

>(2) ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE: Tempo de disponibilidade de sistemas/tempo total do período.

#### **METAS**

>(1) Aumentar para 99% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014, sendo 95% em 2010, 98% em 2011, e 99% nos demais anos.

>(2) Aumentar para 97% o índice de disponibilização de sistemas até 2014, sendo 88% em 2010, 92% em 2011, 94% em 2012, 96 % em 2013 e 97% em 2014.

#### **JUSTIFICATIVA**

- >Integrar os fluxos de trabalho e disponibilizar serviços e informações.

#### **PROJETOS**

##### **1. PROJETO CENTRAL DE SERVIÇOS**

###### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

Implantação da Central de Serviços proverá atendimento centralizado, passando a ser o principal ponto de comunicação entre a área de TIC e o usuário dos serviços. Adotará a recomendação ITIL (Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação), utilizando Acordos de Nível de Serviços (ANS), acompanhando e avaliando continuamente o grau de satisfação dos usuários internos e externos.



## 1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Infraestrutura e Tecnologia da Informação: Garantir a disponibilidade de sistema de TIC.

## 1.3. CLIENTES DO PROJETO

Usuários do sistema de TIC do Poder Judiciário.

## 1.4. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Informática para fazer frente às demandas complexas e ao crescente nível de exigência dos usuários, aliados à necessidade de eficiência, eficácia e economicidade no suporte aos serviços, precisa adotar metodologias de governança e fortalecer internamente as boas práticas de trabalho, deixando de lado a abordagem reativa para solução dos problemas, prestada muitas vezes por equipes distintas, segregadas por área de conhecimento tecnológico, normalmente gerando perda de tempo e desperdício de esforços.

## 2. EXPANSÃO DOS POLOS AVANÇADOS DE SUPORTE AO USUÁRIO

### 2.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO

O projeto visa reduzir custos de manutenção de ativos de informática, instalando pólos avançados de suporte ao usuário nas 20 maiores Comarcas do Interior, restringindo e/ou eliminando gastos com transportes de equipamentos ao Pólo Belém para que sejam consertados, restabelecendo no menor tempo possível os níveis de serviços de TIC.

### 2.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Infraestrutura e Tecnologia da Informação: Garantir a disponibilidade de sistema de TIC.

### 2.3. CLIENTES DO PROJETO

Usuários das 108 Comarcas e a Secretaria de Informática.

### 2.4. JUSTIFICATIVA

Em função do crescimento da entrega de novos serviços de TIC e das exigências dos usuários de prazos cada vez menores na continuidade (restabelecimento) dos serviços que tenham sido interrompidos ou que tenham seu nível de desempenho afetado e, também, na manutenção de equipamentos de informática, se faz necessária a expansão dos pólos avançados de suporte e manutenção de equipamentos nas Comarcas do Interior do Estado.



## **8.8. ORÇAMENTO**

### **88.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

>Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETIVO**

>Promover ações visando a assegurar recursos que viabilizem a execução do Planejamento Estratégico.

#### **INDICADOR**

>(1) Percentual de participação do Poder Judiciário na RRI (Receita Resultante de Impostos) do Estado, mensurado quadrimestralmente.

>(2) Evolução de arrecadação do Fundo de Reparelhamento do Judiciário, mensurado anualmente.

#### **METAS**

1.(1) Aumentar o percentual de participação do Poder Judiciário na RRI de 5,95% para 7%, até 2014.

2.(2) Aumentar a arrecadação do FRJ em 60%, sendo 10% no primeiro ano, 11% no segundo ano, 12% no terceiro ano, 13% no quarto ano e 14% no quinto ano.

## **1. PROJETO MÓDULO INTEGRADO DE GESTÃO DE ARRECAÇÃO**

### **1.1. ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO**

O projeto objetiva implantar o controle e monitoramento da arrecadação das custas judiciais de todas as Comarcas.

### **1.2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

Orçamento: Promover ações visando a assegurar recursos que viabilizem a execução da estratégia.

### **1.3. CLIENTES DO PROJETO**

São clientes do projeto a Unidade de Arrecadação Judicial sede de Região Judiciária, todas as Comarcas e a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças.

### **1.4. JUSTIFICATIVA**

A necessidade de ter efetivo controle e monitoramento da arrecadação das custas judiciais de todas as comarcas.



## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O Poder Judiciário do Estado do Pará, a partir deste documento define, de maneira técnica e participativa os projetos estruturantes que deverão nortear as iniciativas e ações no horizonte temporal de cinco anos. Como todo planejamento o processo é dinâmico, o que significa dizer que outras idéias e variáveis poderão ser incorporadas se assim o judiciário entender como necessário a eficiência e celeridade da justiça no Estado do Pará.

Neste contexto, o planejamento estratégico do TJPA, contribuirá para o aprimoramento dos objetivos e das ações estratégicas, a partir de modelos de atuação contínuos em diferentes setores, permitindo o alcance das metas e contribuindo para o cumprimento da missão e a realização da visão de futuro da instituição. Fazendo parte de um conceito maior que se define a partir da Gestão Estratégica, o processo envolve mudanças em busca do desenvolvimento de um novo modelo e de uma nova cultura na busca da excelência na gestão pública.

É importante destacar o sentimento de colaboração de todos os atores envolvidos nesse processo, resgatando e reafirmando o comprometimento com a realização das ações estratégicas ora propostas, pois nestas ações estão as premissas básicas do planejamento estratégico: mudanças e ações desejáveis, porém viáveis, ou seja, passíveis de implementação.





## COORDENAÇÃO – ELABORAÇÃO

**Teresa Lusía Mártires Coelho Cativo Rosa**  
Secretaria Geral de Gestão

**Francisco de Oliveira Campos Filho**  
Secretaria de Administração

**Sueli Lima Ramos de Azevedo**  
Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças

**Fábio César Massoud Salame da Silva**  
Secretaria de Informática

**Ana Cristina Leite Chaves**  
Secretária Geral da Escola Superior da Magistratura

**Maria de Nazaré Rendeiro Saleme**  
Assessoria Jurídica – Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças

**Edinaldo José de Melo Fernandes**  
Assessor Técnico – Central de Apoio aos Magistrados

**Alice Viana Soares**  
Analista Judiciário – Secretaria Geral de Gestão

**Karla Loren Lopes Gonçalves**  
Coordenadoria de Estatística – Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças

## EDITOR

**Walbert da Silva Monteiro**  
Diretor do Departamento de Comunicação Social

## TEXTOS

**Linomar Saraiva Bahia**  
Coordenador de Imprensa

**Marinalda Ribeiro**  
Coordenadoria de Imprensa

## REVISÃO

**Thelma Lima**  
Coordenadoria de Imprensa

## FOTOS

**Newton Ricardo Oliveira, Marcus Rocha e Walbert Monteiro**  
Coordenadoria de Imprensa

**PROJETO GRÁFICO / EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**  
**Carlos Henrique Carneiro e Mauro Sobral**



